

TERRITÓRIOS DIGITAIS



**Confiança, desinformação e governança
da inteligência artificial a partir do Sul Global**



Este relatório foi desenvolvido como parte do programa Mozilla Fellowship de Marcelle Chagas na Mozilla Foundation. A pesquisa e o trabalho de campo foram conduzidos no âmbito deste programa e todos os dados gerados pelo projeto GriôTech foram disponibilizados publicamente através do Mozilla Data Collective sob uma licença CC0-1.0.

Conjunto de dados disponível em:
<https://datacollective.mozillafoundation.org/datasets>




SUMÁRIO GERAL

04	Apresentação Institucional
06	Visão geral – Confiança digital, desinformação e governança da IA no Sul Global
09	1. Da governança das plataformas à governança dos territórios
11	2. Estudos de caso: Desinformação como poder e violência territorial
15	3. Desenho da pesquisa e metodologia participativa
18	4. Territórios de pesquisa
21	5. Principais achados empíricos
28	6. Framework territorial de confiança digital e governança da IA
30	7. Os cinco pilares do framework
32	8. Do modelo conceitual à governança em ação
34	9. Recomendações estratégicas
36	Glossário
37	Referências
38	Apêndice – Transparência metodológica e uso de inteligência artificial
39	Ficha técnica e créditos



Instituto de Referência Negra
PEREGUM

APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL



Vivemos um tempo em que o mundo parece se mover cada vez mais rápido. Fala-se em uma nova era tecnológica, em uma quarta revolução industrial guiada por algoritmos, dados e inteligência artificial. Em meio a esse cenário, multiplicam-se as perguntas: irão as máquinas substituir o trabalho humano? Quanto custará ao planeta sustentar a infraestrutura digital que alimenta essa nova economia? A tecnologia será capaz de produzir justiça ou apenas aprofundar desigualdades antigas?

Talvez, como nos lembrava o músico e compositor Itamar Assumpção, estejamos apenas assistindo ao “mesmo ovo de sempre chocando o mesmo novo”. Porque, sob a promessa da inovação, muitas vezes persistem as estruturas que historicamente organizaram o poder no mundo: o racismo, o colonialismo, o controle da informação, a concentração de riquezas e a produção estratégica da desinformação.

É nesse terreno de disputas que nasce o documento “Territórios Digitais: Confiança, desinformação e governança da inteligência artificial a partir do Sul Global”, construído no âmbito do projeto GriôTech, uma parceria entre o Instituto de Referência Negra Peregum, a Mozilla Foundation e a UNEafro Brasil.

Este relatório parte de uma pergunta fundamental: quem participa da construção do futuro tecnológico? E, talvez, ainda mais importante: quem tem sido historicamente excluído dessas decisões?

Para o Instituto de Referência Negra Peregum, pensar tecnologia é também pensar território, memória, poder e justiça. Nossa atuação se organiza a partir dos eixos Educação; Clima e Cidade; e Justiça Racial e Segurança, dimensões que se cruzam profundamente com os desafios colocados pela expansão das tecnologias digitais. Para nós, o debate sobre inteligência artificial não pode ser separado das desigualdades raciais, das disputas territoriais, das mudanças climáticas e da qualidade da democracia.

Vivemos um momento de profundas incertezas. Tecnologias capazes de criar imagens, vozes e discursos falsos com impressionante realismo — como os deepfakes — colocam novos desafios para a integridade da informação e para a segurança de lideranças sociais. Em um país marcado por profundas desigualdades no acesso à tecnologia e aos mecanismos de verificação de fatos, cresce o risco de que mentiras circulem com a força de verdades absolutas.

Nesse cenário, olhar para os territórios tradicionais não é um gesto simbólico: é uma necessidade política. As experiências do Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, e da Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, em Guarulhos, demonstram que

existem, nesses territórios, verdadeiros ecossistemas de confiança e circulação do conhecimento. São tecnologias sociais construídas ao longo de gerações, baseadas em relações comunitárias, memória coletiva e responsabilidade compartilhada.

Reconhecer esses sistemas é fundamental para imaginar um futuro digital que não reproduza as hierarquias herdadas de mais de cinco séculos de colonialismo.

A população negra e periférica está entre as mais impactadas pelos efeitos combinados da crise climática e da desinformação. Ao mesmo tempo, continua sendo historicamente excluída dos espaços onde se definem as regras da tecnologia e da informação. Ao longo do tempo, nossos saberes, nossas espiritualidades, nossas formas de construir comunidade e produzir cultura têm sido empurrados para o lugar da contranarrativa, sempre reagindo a uma história oficial que raramente nos reconhece como protagonistas.

Ainda assim, seguimos criando caminhos.

Para nós, inovação não se resume à criação de novas máquinas ou novos códigos. Inovação também é reconhecer saberes ancestrais, fortalecer tecnologias comunitárias e construir formas mais justas de produzir e compartilhar conhecimento.

Ao participar do projeto GriôTech, o Instituto de Referência Negra Peregum reafirma sua convicção de que o debate sobre inteligência artificial precisa ser atravessado pela perspectiva da justiça racial, da democracia informacional e da soberania dos povos sobre seus dados, seus territórios e suas narrativas.

Somos uma organização que nasceu de um movimento educador. Carregamos conosco uma convicção simples e poderosa: Conhecimento é Poder!

E acreditamos que não há conhecimento possível sem acesso livre, plural e responsável à informação — um direito fundamental garantido pela Constituição brasileira e uma condição indispensável para a construção de sociedades verdadeiramente democráticas.

Este relatório é, portanto, mais do que um estudo. É um convite:

Um convite para imaginar futuros tecnológicos que não repitam o passado. E, sobretudo, um convite para construir coletivamente um outro horizonte digital.

Instituto de Referência Negra Peregum

CONFIANÇA DIGITAL, DESINFORMAÇÃO E GOVERNANÇA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SUL GLOBAL

A expansão acelerada da desinformação, a automação dos fluxos informacionais e a rápida disseminação da inteligência artificial aprofundaram uma crise global de confiança em plataformas digitais, instituições e sistemas tecnológicos. Avaliações internacionais, como as do World Economic Forum e da UNESCO, apontam a opacidade algorítmica, a concentração de poder e a exclusão das comunidades afetadas pelos processos decisórios como fatores centrais desse déficit de confiança.

Ao mesmo tempo, a implantação acelerada da inteligência artificial está redefinindo quem tem poder sobre a informação — quem é ouvido, quem é silenciado e quais sistemas de conhecimento são reconhecidos como legítimos. Para a Mozilla, o desafio central deste momento é garantir que a IA se desenvolva de forma aberta, centrada no humano e moldada por todas as pessoas.

O relatório **Territórios Digitais** oferece evidências empíricas de que esse desafio não é abstrato. Ele é vivido cotidianamente por comunidades quilombolas e indígenas no Brasil, onde sistemas de IA, plataformas digitais e campanhas de desinformação se entrelaçam com desigualdade estrutural, violência territorial e erosão da governança comunitária.

Este relatório contribui para o debate global a partir de uma perspectiva centrada nos usuários e nas comunidades. Fundamentado em Pesquisa-Ação Participativa de Base Comunitária (CBPAR), conduzida no Quilombo Santa Rita do Bracuí (RJ) e na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra (SP), o estudo demonstra que, em contextos de desigualdade estrutural e baixa legitimidade institucional, a confiança não desaparece — ela se desloca.

A credibilidade passa a se ancorar em autoridades territoriais, lideranças comunitárias, mulheres de referência, anciãos, professores, agentes de saúde e comunicadores locais. São atores que podem ser questionados, interpelados e responsabilizados. Os dados coletados indicam que 81% dos participantes afirmam confiar prioritariamente nesses atores territoriais, em detrimento de plataformas digitais, instituições formais ou meios de comunicação de massa.

Esse padrão sugere que, em contextos de baixa confiança institucional, a credibilidade tende a se reorganizar em estruturas de proximidade social.

Sistemas desenvolvidos sem reconhecer esses regimes comunitários de credibilidade minam estruturas existentes de legitimidade. Desse modo, a construção de uma IA confiável não pode ser alcançada apenas por meio de salvaguardas técnicas. Ela exige agência humana, governança participativa e mecanismos de responsabilização que as comunidades possam efetivamente acessar e utilizar.

A pesquisa documenta como a desinformação é vivenciada e percebida nos territórios analisados, especialmente quando direcionada a lideranças comunitárias. Os relatos indicam que esses conteúdos não são compreendidos apenas como erros factuais, mas como parte das disputas de poder que afetam a vida coletiva. Os dados coletados indicam que 73% dos participantes relataram exposição frequente a conteúdos políticos enganosos, enquanto 56% afirmaram que narrativas falsas impactaram diretamente decisões locais.

Os casos de Dona Marilda, no Quilombo Santa Rita do Bracuí (RJ), e do Cacique Alex, na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra (SP), demonstram o que ocorre quando plataformas amplificam narrativas prejudiciais sem mecanismos adequados de responsabilização, contestação ou reparação. Esse conjunto de evidências sugere que, nesses contextos, a desinformação pode operar como um fator de pressão e desestabilização social, especialmente quando incide sobre lideranças e processos decisórios comunitários.

A inteligência artificial é percebida de forma ambivalente nos territórios pesquisados. Enquanto parte dos participantes reconhece seu potencial para educação e comunicação, 42% associam a IA a riscos como vigilância e perda de autonomia.

Os relatos sugerem que a confiança nessas tecnologias está menos relacionada ao seu desempenho técnico e mais às condições de mediação social. Ela tende a ser maior quando a tecnologia é mediada localmente, governada coletivamente e alinhada a princípios de soberania informacional.

O FRAMEWORK

Como contribuição central, este relatório propõe um Framework Territorial de Governança da IA e Confiança Digital, estruturado em cinco pilares interdependentes: (1) autoridade territorial, (2) regimes comunitários de credibilidade, (3) ecologias informacionais locais, (4) cuidado, proteção e reparação, e (5) mediação sociotécnica.

Diferentemente de modelos predominantes de governança da IA — centrados em abordagens técnicas, regulatórias ou corporativas —, o framework reposiciona a confiança como uma construção socioterritorial, ancorada em relações de proximidade, legitimidade comunitária e mediação humana.

Os achados do estudo indicam que a integração da governança comunitária no desenho, implementação e regulação de sistemas de IA é um elemento relevante para a construção de confiança em contextos marcados por desigualdade estrutural e baixa confiança institucional.

É nesse contexto que se insere o GriôTech — iniciativa do Instituto de Referência Negra Peregum, do GERATE e da Mozilla Foundation — que articula saberes tradicionais e justiça cognitiva para propor respostas locais ao colonialismo digital. Inspirado na figura do griô, o guardião ancestral responsável por preservar, atualizar e transmitir o saber coletivo, o projeto reúne saberes tradicionais e tecnologias contemporâneas e atua na interseção entre inclusão digital, inovação comunitária e justiça cognitiva, propondo respostas locais às dinâmicas globais de exclusão tecnológica.

Sistemas de IA não são neutros. Como argumenta Ruha Benjamin (2019), eles codificam desigualdades históricas em novas formas técnicas. Tecnologias concebidas fora dos territórios que impactam frequentemente ignoram contextos locais, produzindo regimes de visibilidade dissociados das realidades vividas pelas comunidades.

“Uma vez pesquisei sobre nossa aldeia e a inteligência artificial trouxe à tona grupos étnicos que não existem aqui, simplesmente porque é uma aldeia multiétnica.”

— Participante, Aldeia Indígena Multiétnica Filhos da Terra, pesquisa Territórios Digitais (GriôTech, 2025)



POR QUE ISSO IMPORTA PARA A MISSÃO DA MOZILLA

Construir um ecossistema digital confiável implica não apenas desenvolver tecnologias seguras, mas também redistribuir poder e reconhecer os territórios como infraestruturas fundamentais de confiança na era digital.

À medida que a agenda de inteligência artificial confiável da Mozilla avança, este relatório oferece evidências empíricas e contribuições conceituais que ampliam a compreensão de confiança digital ao incorporar dimensões socioterritoriais frequentemente ausentes nos modelos dominantes de governança da IA.

Os achados indicam que essas dimensões não são periféricas, mas estruturantes em contextos marcados por desigualdade e baixa confiança institucional. Ignorá-las tende a limitar a eficácia de abordagens centradas exclusivamente em soluções técnicas ou regulatórias.

Os territórios analisados oferecem condições concretas para testar, adaptar e refinar abordagens de IA confiável em contextos reais, onde os impactos da tecnologia são vividos de forma direta e desigual.

Nesse sentido, este relatório não apenas dialoga com a agenda de IA da Mozilla — ele contribui para expandi-la, ao evidenciar a centralidade da governança comunitária, da mediação sociotécnica e da justiça cognitiva na construção de sistemas confiáveis.

Por meio da Mozilla AI, a organização assumiu o compromisso de fazer pela inteligência artificial o que fez pela web: proteger o interesse público, evitar concentrações perigosas de poder e assegurar que a tecnologia sirva às pessoas, e não as vigie ou manipule. Este relatório contribui diretamente para esse objetivo ao oferecer caminhos concretos para ancorar a confiança em realidades territoriais e comunitárias.

O relatório **Territórios Digitais** demonstra que cumprir essa missão requer enfrentar a crise de confiança onde ela é mais aguda — em comunidades historicamente excluídas da tomada de decisão tecnológica e cujos sistemas de conhecimento são frequentemente desconsiderados pelas próprias plataformas que moldam seu ambiente informacional.

O Sul Global não é um espaço periférico na governança da inteligência artificial. É fonte de inovação e produção de conhecimento. A abordagem territorial e centrada na comunidade desenvolvida neste relatório oferece contribuições fundamentais para o debate global: uma IA confiável depende menos de algoritmos sofisticados e mais de governança legítima — uma governança que as comunidades possam reconhecer, contestar e responsabilizar, e da qual possam efetivamente se beneficiar.

Isso exige também o reconhecimento dos territórios como infraestruturas fundamentais de confiança na era digital, à luz das lições aprendidas com as comunidades tradicionais no Brasil.

RECONHECIMENTO OFICIAL DO GOVERNO FEDERAL E DA COP30

O projeto GriôTech e o relatório **Territórios Digitais** foram oficialmente selecionados pelo governo federal no Mutirão pela Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas, conduzido pela Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, em cooperação com a Presidência da COP30 e a UNFCCC (Processo nº 00170.005350/2025-77).

As ações escolhidas integram o Celeiro de Soluções da COP30, espaço que reúne iniciativas de todo o mundo com resultados concretos para fortalecer a integridade da informação climática e o debate público democrático.



1



**DA GOVERNANÇA
DAS PLATAFORMAS
A GOVERNANÇA DOS
TERRITÓRIOS**



Foto: Helbert Rodrigues

Colonialismo digital, crise de confiança e o Sul Global como produtor de conhecimento para a governança da IA

Atividade realizada na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra em parceria com a UNEafro

Na última década, os debates globais sobre confiança digital têm sido predominantemente estruturados por abordagens técnicas e regulatórias, em grande medida formuladas a partir do Norte Global. Este relatório propõe uma inflexão nesse enquadramento ao compreender a confiança não como resultado exclusivo do design de sistemas, mas como um processo social, historicamente situado e politicamente construído.

Neste sentido, é importante distinguir dois conceitos frequentemente utilizados de forma intercambiável, mas que operam em níveis analíticos distintos: confiança e confiança digital. A confiança é compreendida como uma relação social historicamente construída, baseada em vínculos, experiências e regimes de credibilidade situados (Luhmann, 1979; Hardin, 2002).

Já a confiança digital refere-se às condições sob as quais sistemas, plataformas e tecnologias são considerados confiáveis, frequentemente associadas a atributos como transparência, segurança, privacidade e desempenho técnico (Mozilla Foundation, 2020; World Economic Forum, 2024).

Os achados deste estudo sugerem que, em contextos de baixa confiança institucional, a legitimidade de sistemas digitais depende de mediações territoriais, de relações comunitárias e da possibilidade de contestação. Assim, este relatório adota uma abordagem integrada, na qual a confiança digital é compreendida como uma expressão situada da confiança social, dialogando com abordagens que enfatizam a dimensão social das desigualdades digitais (Helsper, 2021; Flew, 2021), ao mesmo tempo em que propõe sua ampliação a partir de uma perspectiva territorial e comunitária.

O Global Risks Report 2025, do World Economic Forum, identifica a erosão da confiança no ambiente digital como um risco sistêmico global, associado à disseminação de desinformação, à polarização social e ao uso opaco de tecnologias emergentes. No Brasil, essas dinâmicas se articulam com desigualdades estruturais persistentes, produzindo efeitos diferenciados sobre o acesso, o uso e a apropriação das tecnologias digitais.

No Sul Global, diferentes autores têm analisado como processos de inovação tecnológica podem reproduzir dinâmicas de extração e assimetria de poder. Abeba Birhane (2020) define esse fenômeno como “colonialismo tecnológico”, enquanto Tarcizio

Silva (2023) argumenta que sistemas digitais podem operar na gestão desigual da visibilidade e da representação social. Essas abordagens dialogam com críticas mais amplas sobre a apropriação de dados e saberes (Faustino e Lippold, 2023).

No Brasil, dados da pesquisa TIC Domicílios 2025 (Cetic.br) indicam que o uso de inteligência artificial tem se expandido, mas de forma desigual. Enquanto segmentos de maior renda possuem acesso mais estável e diversificado à infraestrutura digital, populações de menor renda dependem de conectividade limitada e de plataformas específicas, como aplicativos de mensageria. Em territórios quilombolas e indígenas, essas restrições tendem a ser ainda mais acentuadas.

Nesse contexto, os achados deste estudo indicam que a credibilidade tende a se ancorar em autoridades territoriais e relações comunitárias que precedem e coexistem com as plataformas digitais. Quando sistemas globais não consideram essas estruturas, podem apresentar limitações na construção de confiança e na adequação às dinâmicas locais.

A transição de uma governança centrada na plataforma para uma governança sensível aos territórios dialoga com debates mais recentes sobre a necessidade de incorporar perspectivas comunitárias no desenvolvimento tecnológico. Essa abordagem se aproxima de iniciativas que buscam ampliar a participação social na definição de sistemas digitais e de inteligência artificial. As evidências provenientes de territórios quilombolas e indígenas analisadas neste estudo indicam o potencial de conhecimentos situados para informar o desenvolvimento de abordagens mais contextualizadas de governança da IA.

Nesse sentido, posicionar o Sul Global como produtor de conhecimento constitui uma dimensão analítica central deste relatório. Os achados sugerem que comunidades diretamente impactadas por dinâmicas de desinformação oferecem contribuições relevantes para o desenvolvimento de tecnologias mais responsivas a contextos sociais específicos.

Essa perspectiva dialoga com o conceito de justiça cognitiva ao reconhecer a relevância de saberes locais, práticas de cuidado e formas comunitárias de mediação como elementos a serem considerados em modelos de governança da inteligência artificial.



2

**ESTUDOS DE CASO:
DESINFORMAÇÃO
COMO PODER
E VIOLÊNCIA
TERRITORIAL**



Estudo de Caso 1 - Dona Marilda
Quilombo Santa Rita do Bracuí, Angra dos Reis (RJ)
Núcleo UNEafro Ilê Èkó Iear

Quando a desinformação vira arma contra o território

No Quilombo Santa Rita do Bracuí, as disputas por terra, meio ambiente e o direito à existência marcam a história. O território, reconhecido como remanescente de quilombo, convive com pressões constantes associadas a obras públicas e ao discurso de “progresso” que, recorrentemente, ignora a presença e a autoridade das comunidades tradicionais.

Nesse contexto, as lideranças exercem um papel central na defesa do território. Dona Marilda é uma dessas referências: mulher negra, quilombola e liderança política, ela se tornou o rosto público da luta pelos direitos do Bracuí. **Essa visibilidade, porém, também a transformou em alvo de violência.**

O episódio que marcou a comunidade começou após o embargo de uma obra de entroncamento do Rio Bracuí. A paralisação foi uma decisão formal do Ministério Público por irregularidades ambientais. **Ainda assim, uma narrativa falsa foi criada para circular no território.** Um agente público local gravou um vídeo e o publicou nas redes sociais, afirmando que o quilombo estaria “atrapalhando o andamento das obras” e responsabilizando diretamente a comunidade e Dona Marilda pela interrupção das obras.

Nesse momento, a narrativa passou a circular amplamente no território. A fala foi replicada e compartilhada, ganhando força como a versão oficial dos fatos. *“O que falaram foi que a gente estava atrapalhando. Que foi o quilombo que parou a obra. Mas quem parou foi o Ministério Público”*, relatou Dona Marilda.

A narrativa falsa passou a circular de forma recorrente em grupos de mensagens e conversas locais; a repetição produziu um efeito de verdade. A partir daí, a violência deixou de ser simbólica e surgiram ameaças reais: *“Disseram que iam encher nossa cara de bala”*.

O medo passou a reorganizar a vida cotidiana. Andar sozinha à noite deixou de ser possível e a circulação pelo território se tornou um risco. **“A gente não pode mais andar sozinha, nem à noite. A gente perdeu essa liberdade dentro do próprio território”**, conta. A família precisou sair temporariamente do quilombo e passar quase um mês fora de casa, sob proteção estadual.

A mentira nunca foi corrigida publicamente pelas instituições. **Sem retratação, a narrativa seguiu sedimentando-se como memória social: sempre que chove forte e o rio sobe, a culpa é atribuída injustamente aos quilombolas.** Para se proteger, Dona Marilda reduziu sua presença digital: *“Eu procuro não ficar vendo para não sofrer”*.

Os elementos observados neste caso dialogam com o que a literatura define como violência de gênero facilitada pela tecnologia (VFT). Mulheres negras, indígenas e quilombolas em posições de liderança tornam-se alvos estratégicos de campanhas de difamação destinadas ao silenciamento político e ao controle territorial. Como argumenta Ruha Benjamin (2019), tecnologias digitais frequentemente operam como mecanismos que automatizam e legitimam desigualdades históricas sob a aparência de neutralidade.

Nesse contexto, a racialização digital se materializa quando plataformas são instrumentalizadas para gerir reputações, produzir deslegitimação pública e reorganizar regimes locais de segurança e pertencimento.

Embora a comunidade tenha reagido por meio de vigilância coletiva e redes de apoio, a ausência de responsabilização institucional permite que a narrativa falsa continue operando e prolongando seus efeitos violentos no território.



Estudo de Caso 2 – Cacique Alex

Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra (Guarulhos/SP)
Núcleo UNEafro Profª Luizinha Pankararu

A Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra é um território de diversidade, onde diferentes povos indígenas constroem uma governança baseada na escuta e no consenso. Nesse contexto, a informação não é apenas um dado, mas a base da organização política e espiritual. **A confiança na palavra é o pilar que sustenta a autoridade.**

Cacique Alex exerce um papel fundamental nesse sistema: é mediador entre grupos, porta-voz da aldeia em diálogos institucionais e guardião dos pactos internos de convivência. Sua legitimidade se constrói na presença cotidiana, na escuta e na responsabilidade coletiva.

O episódio de desinformação

Durante o período de atendimento médico regular na aldeia, começou a circular internamente o boato de que o Cacique Alex teria solicitado a demissão da médica responsável pelo posto de saúde. A informação era falsa, mas se espalhou por conversas informais, reuniões e, com o auxílio da tecnologia, através de grupos de mensagens, sem que houvesse verificação imediata da fonte ou validação coletiva.

A narrativa afetou diretamente sua autoridade, colocando em dúvida sua atuação e gerando desconfiança em relação às suas decisões. Como ele próprio relatou: **“A desinformação fez com que ninguém mais acreditasse em mim.”**

Impactos psicológicos, políticos e comunitários

Os efeitos da desinformação ultrapassaram o plano simbólico e atingiram de forma profunda a saúde emocional e a posição política da liderança:

Adoecimento psicológico:

O Cacique relatou sofrimento emocional intenso, sensação de injustiça, isolamento e perda de sentido do próprio papel:

“Eu adoeci por causa disso.”

Ruptura temporária da autoridade:

Sua palavra deixou de ser reconhecida como referência legítima:

“Por mais que eu falasse, eu não tinha voz.”

Tensão nos processos decisórios

A circulação da narrativa falsa comprometeu assembleias, dificultou consensos e produziu insegurança coletiva, afetando a coesão política da aldeia.

Os relatos indicam que a desinformação contribuiu para tensionar o pacto de confiança que sustenta a governança da comunidade indígena, produzindo efeitos comparáveis aos de um ataque direto à integridade da liderança.

Resposta comunitária: governança da informação em ação

Diante da crise, a aldeia ativou seus próprios mecanismos tradicionais de reparação e validação:

- fortalecimento das assembleias comunitárias;
- escuta ampliada das diferentes etnias e famílias;
- checagem coletiva das informações em circulação;
- decisões colegiadas em conselho;
- criação de espaços de fala protegidos para o Cacique e para a equipe de saúde.

Esses processos permitiram reconstruir gradualmente a confiança, restaurar a legitimidade da liderança e reafirmar que nenhuma decisão relevante pode ser atribuída sem debate público e validação comunitária.

O caso do Cacique Alex revela que, em territórios indígenas, a desinformação não atua apenas como erro comunicacional, mas como ruptura dos sistemas de autoridade, cuidado e escuta. Ela pode:

- produzir sofrimento psicológico real;
- desorganizar processos coletivos de decisão;
- fragilizar lideranças legitimadas historicamente;
- comprometer serviços essenciais como saúde;
- corroer a confiança que sustenta a vida comunitária.



O QUE ESSES CASOS REVELAM

Os estudos de caso sugerem que, em territórios tradicionais, a desinformação pode operar como uma forma de violência informacional territorializada. Ela não se limita à distorção de fatos, mas intervéem diretamente na organização da vida coletiva, reconfigurando relações de poder e tensionando os fundamentos da governança comunitária.

Nos dois contextos analisados, as narrativas falsas aparecem como instrumentos capazes de deslocar legitimidades, produzir silenciamentos e expor lideranças a riscos reais. Os casos de Dona Marilda, no Quilombo Santa Rita do Bracuí, e do Cacique Alex, na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, revelam que os ataques informacionais incidem sobre figuras centrais dos regimes locais de autoridade.

Ao atingir quem media conflitos, articula políticas públicas, cuida da memória coletiva e organiza a vida comum, a desinformação busca fragilizar as próprias infraestruturas sociais que sustentam a credibilidade, a proteção e a tomada de decisão nos territórios.

Nesse cenário, as evidências sugerem que tecnologias digitais podem amplificar uma dinâmica em que responsabilidades do poder público são transferidas para indivíduos. Ao atribuir a lideranças a culpa por impasses institucionais ou falhas de gestão estatal, a desinformação converte figuras de referência em bodes expiatórios.

Essas evidências mostram que o enfrentamento da desinformação não pode se restringir a estratégias técnicas de checagem, rotulagem de conteúdo ou

moderação algorítmica. Trata-se de um problema de poder, de proteção e de legitimidade.

Por isso, o cenário requer abordagens centradas nas comunidades, capazes de reconhecer os regimes territoriais de credibilidade, proteger lideranças, restaurar pactos de confiança e fortalecer as infraestruturas locais de mediação e validação da informação — em consonância com o que a Mozilla Foundation define como **community-centered internet governance**.

Apesar de suas especificidades, os estudos de caso revelam padrões estruturais convergentes:

- **Os casos analisados indicam que a desinformação tende a ter como alvo lideranças comunitárias e figuras de referência;**
- **Seus efeitos são processuais e cumulativos, e não episódicos;**
- **Produz danos emocionais, políticos e territoriais, incluindo medo, adoecimento, silenciamento, restrição de circulação e ruptura de vínculos de confiança;**
- **Fragiliza temporariamente os regimes internos de autoridade e credibilidade;**
- **Exige respostas comunitárias organizadas, baseadas em escuta, validação coletiva, cuidado e responsabilização pública, e não apenas correções externas ou soluções técnicas.**

3

**DESENHO DA
PESQUISA E
METODOLOGIA
PARTICIPATIVA**

Desenho da pesquisa e metodologia participativa

A pesquisa foi concebida a partir de uma abordagem de Pesquisa-Ação Participativa de Base Comunitária (CBPAR), na qual os territórios são tratados como contextos ativos de produção de conhecimento e os moradores como participantes do processo de pesquisa. O desenho metodológico priorizou a mediação territorial e a participação coletiva como eixo analítico, considerando as dinâmicas locais de autoridade, confiança e circulação da informação.

A seleção de um quilombo rural situado em área de preservação ambiental e de uma aldeia indígena multiétnica em contexto urbano-periférico permitiu uma análise comparativa e situada de como os fluxos informacionais e os impactos da desinformação variam conforme condições históricas e territoriais. Embora ambos sejam territórios tradicionais reconhecidos, vivem atualmente o avanço da violência armada, com presença de grupos do tráfico e de milícias. Essa realidade interfere diretamente nos regimes locais de credibilidade, onde poderes paralelos passam a disputar ou até substituir instâncias comunitárias e institucionais como referências de legitimidade da informação.

Os dois territórios também apresentam forte vitalidade cultural e mecanismos de preservação da memória, profundamente articulados às suas ecologias informacionais, além de se constituírem como espaços educativos por meio dos Núcleos da UNEafro Brasil localizados dentro de cada espaço. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, por exemplo, o jongo passou a ser estigmatizado por parte da comunidade em razão da influência de igrejas neopentecostais na região, de acordo com relatos dos próprios moradores. Alguns deixaram de participar das rodas por associarem a prática a uma “religião do diabo”, desconsiderando seu valor como patrimônio imaterial. Esse processo evidencia como o racismo religioso e as relações de poder se entrelaçam para fragilizar dispositivos centrais de transmissão de saberes e fortalecimento identitário.

A mobilização comunitária e a seleção dos participantes ocorreram via mediação de lideranças territoriais, e não por recrutamento digital. No Bracuí, o processo contou com o apoio de Mário Sérgio Soares e Raísa Francisco de Almeida. Na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, foi mediado pelo Cacique Alex. Essas lideranças articularam a pesquisa a atividades coletivas existentes, como reuniões, ações educativas e parcerias escolares, garantindo que a coleta de dados seguisse as práticas locais de confiança. O corpus empírico é composto por:

- 26 questionários estruturados via plataforma KoBoToolbox, abordando perfil sociodemográfico, ecologia informacional, exposição à desinformação, confiança em fontes e percepções sobre IA;
- registros qualitativos de interações comunitárias;

- entrevistas e relatos coletados em oficinas territoriais;
- cartografias sociais digitais construídas coletivamente;
- consentimento livre e informado de todos os participantes maiores de 18 anos.

Cartografia social digital

A cartografia social digital participativa constituiu ferramenta central do estudo, permitindo identificar padrões não captados por métricas de plataformas e fortalecer formas comunitárias de validação e responsabilização informacional. Esse mapeamento traduz experiências territoriais em insumos para políticas públicas e soberania digital, permitindo que as comunidades explicitem seus próprios saberes e estratégias de cuidado coletivo.

A dinâmica com post-its permitiu identificar, de forma coletiva, fluxos informacionais, padrões de desinformação, conflitos locais e referências de confiança, constituindo uma etapa inicial de sistematização dos saberes situados. O processo viabilizou a participação direta das comunidades na produção, validação e organização das informações sobre seus próprios territórios.

Mais do que gerar dados, a experiência estruturou práticas de corresponsabilidade informacional, nas quais atores locais atuam como guardiões e intérpretes de suas narrativas territoriais. No contexto de ecossistemas de IA confiável, a iniciativa demonstra como conhecimentos territorialmente ancorados podem contribuir para modelos de governança baseados em validação coletiva, responsabilização pública e justiça cognitiva.

Embora classificada como pesquisa jornalística de interesse público e, portanto, dispensada de avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, nos termos da Resolução CNS nº 510/2016, **a investigação seguiu padrões éticos nacionais e internacionais**, conforme as diretrizes da ISO 26000, referente à responsabilidade social, e da ISO 26362, acerca de boas práticas em pesquisa social.

A pesquisa ocorreu em contextos marcados por episódios recentes de ataques a lideranças, o que resultou em retração parcial da participação e um número de respondentes inferior ao inicialmente previsto. Essa dinâmica é interpretada como indicativa de estratégias de autoproteção coletiva, constituindo também um elemento analítico relevante.

Essa retração é interpretada aqui não como uma falha, mas como uma estratégia de autoproteção coletiva diante da violência informacional (Noble, 2018; Benjamin, 2019), constituindo em si um achado analítico relevante. Apesar do tamanho numérico, a amostra apresenta elevada densidade qualitativa, adequada a estudos em territórios tradicionais onde a proteção comunitária é condição essencial para a produção de conhecimento.



A pesquisa foi organizada em seis fases articuladas, garantindo coerência metodológica e participação comunitária ao longo de todo o processo:

Fase 1 – Planejamento e desenho amostral (abr–jun/2025)

Definição dos territórios, mapeamento sociopolítico e estruturação do desenho amostral.

Fase 2 – Capacitação comunitária (jul/2025)

Realização de oficinas formativas com lideranças territoriais e distribuição do Mini Guia de Pesquisa Local do GriôTech.

Fase 3 – Coleta de dados (ago–set/2025)

Aplicação de questionários via KoBoToolbox e mobilização comunitária, em contexto de instabilidade informacional.

Fase 4 – Devolutiva e cartografia social (nov/2025)

Análise coletiva dos dados, identificação de redes de confiança e produção de cartografias sociais digitais.

Fase 5 – Sistematização e elaboração do relatório (nov/2025–jan/2026)

Integração dos dados, validação comunitária e elaboração do relatório em português e inglês, alinhado a princípios de ciência aberta.

Fase 6 – Difusão pública (abr/2026)

Realização de evento público nacional e internacional, publicação dos dados no Mozilla Data Collective (CC0 1.0) e disseminação dos resultados.



4



TERRITORIOS

DE PESQUISA

Os territórios selecionados são espaços de resistência e produção autônoma de conhecimento, onde a memória coletiva e a espiritualidade estruturam formas situadas de governança da informação (Santos, 2016).



Foto: Sérgio Silva

4.1. Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra – Guarulhos, São Paulo

Localizada no bairro Cabuçu, em Guarulhos (SP), a aldeia está inserida na APA Tanque Grande, em um contexto de periferia urbana e pressão ambiental. O território abriga o cursinho popular UNEafro Núcleo Luizinha Pankararu e é fruto de uma retomada iniciada em 2017, reunindo famílias de diversos povos – como Guarani, Kaimbé, Pankararu, Xucuru, Guajajara e Wassu Cocal – que migraram de diferentes regiões do Brasil para construir um espaço coletivo de resistência.

Atualmente, a aldeia abriga cerca de 70 pessoas (22 famílias). A comunidade desenvolve práticas de agroecologia, artesanato e eventos como o Agosto Indígena. Embora ainda reivindique pleno reconhecimento institucional e regularização fundiária, atua ativamente na busca por políticas de saúde e educação. Sua condição multiétnica e urbana molda uma ecologia informacional que exige articulação constante com redes externas (escolas e movimentos sociais), sem abrir mão da autoridade comunitária e da mediação própria de saberes.

4.2 Quilombo Santa Rita do Bracuí – Angra dos Reis, Rio de Janeiro

Localizado na zona rural de Angra dos Reis (RJ), na região da Costa Verde, o Quilombo Santa Rita do Bracuí ocupa uma área de aproximadamente 500 hectares. A comunidade é herdeira da antiga Fazenda Santa Rita dos Breves, onde ancestrais quilombolas se estabeleceram após o fim da escravidão.

O território abriga uma população estimada entre 260 e 600 moradores, segundo diferentes registros institucionais e comunitários, e também abriga o cursinho UNEafro Ilê Èkó Iear. Sua organização socioeconômica envolve agricultura de subsistên-

cia, turismo de base comunitária e práticas culturais e religiosas afro-brasileiras, articuladas à preservação da memória histórica. O Bracuí é referência nacional na resistência quilombola, enfrentando conflitos fundiários e pressões imobiliárias persistentes. Sua estrutura de governança e confiança informacional ancora-se na ancestralidade, na presença territorial e na responsabilidade coletiva, elementos que definem a dinâmica de validação da informação no território.



Foto: Helbert Rodrigues

4.3 Diversidade territorial e relevância metodológica

A escolha de um quilombo rural e de uma aldeia indígena urbana possibilitou observar como os fluxos informacionais variam conforme as condições geográficas e históricas. Ambos os territórios estão inseridos em contextos marcados por dinâmicas de violência e presença de atores armados, o que influencia os regimes locais de credibilidade e as condições de circulação da informação.

Os levantamentos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) indicam que, em 2024, aproximadamente 23 milhões de pessoas viviam em áreas sob influência de facções criminosas e milícias. Esse cenário evidencia a consolidação de estruturas de controle territorial não estatais, com impactos diretos sobre dinâmicas locais de autoridade, circulação da informação e regimes de legitimidade.

Dialogando com abordagens que compreendem a tecnologia a partir de suas mediações sociais e contextuais (Helsper, 2021), este estudo evidencia que a confiança digital não é um atributo universal ou técnico, mas uma infraestrutura social construída localmente, em interação com dinâmicas de poder e formas específicas de governança territorial.



Durante as atividades de campo no Quilombo Santa Rita do Bracuí, em setembro de 2025, adolescentes da escola local acompanharam as discussões sobre tecnologia e informação. Embora não integrassem a amostra da pesquisa, participaram como ouvintes e receberam kits institucionais do projeto.

4.4 Estratégia de mobilização comunitária e seleção de participantes

A mobilização foi estruturada a partir da articulação com lideranças territoriais, reconhecidas como referências nos processos locais de informação e governança. Essa abordagem buscou alinhar o desenho da pesquisa às dinâmicas socioterritoriais e aos regimes de autoridade presentes nos territórios, evitando estratégias de coleta descontextualizadas.

No Quilombo Santa Rita do Bracuí e na Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra, essas lideranças atuaram como mediadoras no processo de aproximação com a comunidade, contribuindo para a definição de estratégias de participação compatíveis com contextos de segurança e confiança.

A apresentação da pesquisa e a seleção de participantes ocorreram por meio de atividades coletivas já existentes — como assembleias, encontros educativos, rodas de conversa e parcerias com escolas e organizações locais. O questionário foi aplicado tanto presencialmente quanto por envio direcionado via WhatsApp, considerando os fluxos informacionais cotidianos dos territórios.

Paralelamente, foram realizadas atividades presenciais com a equipe de pesquisa, voltadas à apresentação dos objetivos do estudo, dos procedimentos éticos e das condições de participação, de modo a assegurar consentimento informado e compreensão adequada do processo de pesquisa.

A cartografia social participativa dos circuitos de informação, confiança e desinformação constituiu uma etapa complementar do processo de mobilização, permitindo a identificação coletiva de fluxos informacionais, referências de credibilidade e dinâmicas locais de circulação de conteúdo.

A estratégia de mobilização contou ainda com a colaboração de parceiros externos com atuação em justiça racial, cultura, comunicação comunitária e preservação da memória histórica, contribuindo para a ampliação da leitura interseccional dos dados. Participaram desse processo iniciativas como a Decodifica, os núcleos UNEafro Ilê Êkó Iear e Profª Luizinha Pankararu, e a articulação Territórios Mídias Brasil.

O projeto contou também com apoio operacional na organização e execução das atividades de campo, bem como com a participação de assistentes de pesquisa nas etapas de planejamento, coleta e sistematização dos dados, reforçando o caráter colaborativo da investigação.



Cartografia social participativa dos circuitos de informação, confiança e desinformação no território (Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra)



5

PRINCIPAIS

ACHADOS

EMPIRICOS

5.1 Regimes territoriais de confiança

Os dados indicam que a chamada “crise de confiança” não se manifesta como ausência de credibilidade, mas como uma reorganização dos regimes de autoridade informacional. Em contextos de baixa legitimidade institucional, a confiança — compreendida neste estudo como uma relação social construída historicamente — não desaparece, mas se desloca para estruturas comunitárias baseadas em proximidade, responsabilização relacional e supervisão social direta.

81% dos participantes afirmaram confiar prioritariamente em instâncias territoriais, como lideranças comunitárias, anciãos, professores e agentes de saúde. Esse resultado indica que a confiança digital, nesses contextos, não se estabelece como atributo técnico de sistemas ou plataformas, mas como uma expressão situada de relações sociais preexistentes.

Nos territórios pesquisados, a credibilidade está ancorada em relações de cuidado, memória coletiva e responsabilidade compartilhada — elementos que estruturam os regimes locais de validação da informação e condicionam a circulação de conteúdos, inclusive aqueles mediados por tecnologias digitais. Em contraste, a desinformação emerge como um fator estrutural do ecossistema informacional local. 73% dos respondentes relataram exposição frequente a conteúdos políticos enganosos, e 56% afirmaram que essas narrativas impactaram decisões ou processos coletivos no território. Esses dados indicam que a desinformação atua diretamente sobre os regimes de confiança, interferindo nas dinâmicas de legitimidade e mediação social.

Eleições 2026, IA e integridade democrática

À medida que o Brasil se aproxima das eleições presidenciais de 2026, os riscos associados à manipulação digital tornam-se mais evidentes. A regulamentação eleitoral brasileira já reconhece desafios como disparos em massa, impulsionamento irregular de conteúdo e uso estratégico de tecnologias digitais no processo democrático, conforme estabelecido na Resolução nº 23.714/2022 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No contexto atual — marcado pelo avanço da inteligência artificial, da segmentação algorítmica e da automação em larga escala — esses riscos se intensificam. A ameaça não se limita à circulação de informações falsas, mas inclui a produção de conteúdos sintéticos altamente persuasivos, capazes de explorar vulnerabilidades territoriais e tensões locais.

Nos territórios quilombolas e indígenas, onde a confiança é mediada por estruturas comunitárias e pactos sociais, campanhas altamente direcionadas podem tensionar regimes locais de legitimidade. Isso evidencia que sistemas de IA operam de forma situada, interagindo com contextos marcados por desigualdades históricas e disputas de poder.

Implicações para a governança da IA

- Os achados sugerem que abordagens centradas exclusivamente em mitigação técnica de riscos são insuficientes. A governança da IA, nesses contextos, depende da incorporação de mediações territoriais, mecanismos de responsabilização e da possibilidade de contestação por parte das comunidades afetadas.
- Fortalecer regimes territoriais de confiança, nesse sentido, constitui não apenas uma resposta à desinformação, mas uma estratégia para sustentar processos democráticos e reduzir assimetrias de poder no ecossistema informacional.

Diretrizes fundamentais para a governança

- Avaliações de impacto territorial: sistemas de recomendação, moderação e segmentação política devem incorporar análises contextuais contínuas, considerando riscos de discriminação, silenciamento e deslegitimação de lideranças locais.
- Responsabilidade das plataformas: é necessária transparência sobre anúncios microsssegmentados, rastreabilidade de conteúdos sintéticos e mecanismos acessíveis de revisão humana, especialmente em contextos de vulnerabilidade.
- Fortalecimento de ecologias locais: políticas públicas e soluções tecnológicas devem apoiar infraestruturas comunitárias de comunicação e mediação da informação, evitando a deslegitimação de regimes territoriais de confiança.

5.2 Ecologias informacionais e desinformação

Os resultados desta seção derivam das cartografias sociais participativas realizadas nos territórios, que permitiram identificar ativos informacionais, fluxos de circulação, padrões de desinformação e zonas de vulnerabilidade. A análise compreende a informação como um fenômeno territorialmente situado, estruturado por relações sociais, históricas e políticas.

1. Mapeamento baseado em ativos

O mapeamento identificou como principais nós de credibilidade e mediação informacional:

- escolas e professores;
- unidades de saúde e agentes comunitários;
- rádios comunitárias;
- conselhos, associações e lideranças territoriais;
- anciãos, grãos e referências culturais.

Esses atores funcionam como infraestruturas sociais de confiança, responsáveis pela validação, tradução e contextualização da informação. Sua centralidade foi confirmada tanto pelas cartografias participativas quanto pelos dados do questionário, evidenciando que a confiança circula prioritariamente por redes territoriais de proximidade.

2. Mapeamento relacional

As conexões entre esses ativos revelam que a circulação da informação segue trajetórias híbridas, combinando mediação digital e validação presencial:

- Informações institucionais chegam, em geral, por canais digitais, mas dependem de validação local para serem consideradas confiáveis.
- Lideranças comunitárias atuam como filtros de credibilidade.
- Redes religiosas e associações locais amplificam conteúdos previamente legitimados.

Esses achados indicam que a confiança não circula de forma difusa, mas por rotas específicas, mediadas por relações históricas, afetivas e políticas..

3. Mapeamento comportamental

Foram identificadas as principais rotas de circulação da desinformação:

- Grupos de WhatsApp.
- Atores políticos locais, especialmente em períodos eleitorais.
- Redes religiosas instrumentalizadas.
- Cadeias informais de encaminhamento sem autoria identificável.

Esses canais combinam alta velocidade de disseminação com autoridade simbólica, dificultando a contestação imediata. O dado de que 73% dos participantes relatam exposição frequente a conteúdos enganosos indica que a desinformação se insere nas mesmas rotas utilizadas pela informação legítima, tensionando diretamente os regimes territoriais de confiança.

4. Mapeamento histórico

As cartografias evidenciaram que a recepção de narrativas externas é fortemente influenciada por eventos históricos locais, como conflitos fundiários, negligência estatal e disputas por reconhecimento. A memória coletiva atua como um mecanismo interpretativo central: narrativas desinformativas tendem a se territorializar quando se apoiam em tensões pré-existentes, ampliando sua capacidade de circulação e aceitação.

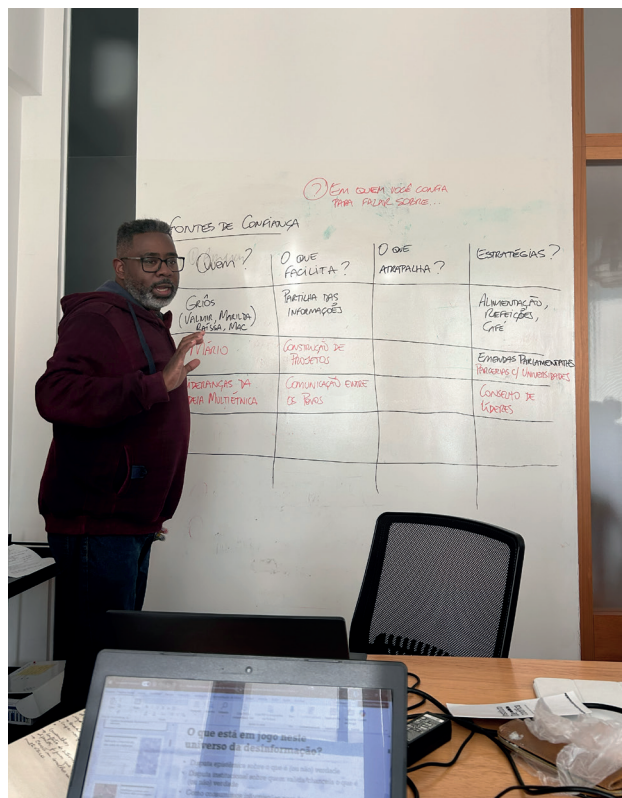
Zonas de silêncio informacional

O mapeamento também identificou áreas caracterizadas por:

- conectividade precária;
- dependência de comunicação oral;
- baixa presença de mídias locais;
- acesso limitado a fontes diversificadas de verificação.

Nessas zonas, a ausência de informação validada institucionalmente convive com a circulação intensa de boatos, ampliando vulnerabilidades estruturais. Esses contextos evidenciam que a escassez informacional não reduz a circulação de conteúdos, mas altera os critérios de validação, reforçando a centralidade das redes territoriais de confiança.

Os dados indicam que a informação é percebida como legítima quando circula por canais territorialmente enraizados e é mediada por atores reconhecidos nos regimes locais de confiança. Nesses contextos, a validação informacional depende menos da



Atividades de mapeamento colaborativo de rotas de desinformação

origem técnica do conteúdo e mais das relações sociais que sustentam sua circulação.

Em contrapartida, conteúdos automatizados ou sem autoria identificável tendem a gerar desconfiança inicial. No entanto, quando circulam repetidamente por redes já estabelecidas, podem adquirir legitimidade relacional e consolidar-se como referência compartilhada no território.

Assim, a desinformação não atua apenas como distorção factual, mas como um mecanismo que interfere diretamente nos regimes territoriais de confiança, reconfigurando fluxos informacionais, tensionando autoridades locais e fragilizando mediações comunitárias.

Implicações para a governança da IA

Os achados indicam que modelos de inteligência artificial e políticas de integridade informacional que desconsideram as ecologias territoriais de informação tendem a reproduzir assimetrias existentes, amplificar ruídos e invisibilizar zonas de baixa cobertura informacional.

A construção de sistemas tecnicamente robustos e socialmente responsivos depende do reconhecimento de que a confiança digital é mediada por infraestruturas sociais locais. Isso implica incorporar mecanismos de mediação comunitária, validação situada e participação territorial nos processos de desenho, implementação e avaliação de sistemas digitais. Nesse contexto, a soberania informacional e a centralidade dos atores locais de credibilidade deixam de ser elementos periféricos e passam a constituir componentes estruturais das estratégias de governança da tecnologia e do enfrentamento à desinformação.

5.3 Violência informacional e democracia local

Os dados quantitativos e os estudos de caso indicam que a desinformação nos territórios analisados opera como um mecanismo de poder que interfere diretamente nos regimes locais de autoridade e confiança. Mais do que distorcer fatos, as narrativas desinformativas reconfiguram fluxos comunicacionais, incidindo sobre lideranças e estruturas de mediação que sustentam a vida coletiva.

Nos casos analisados, a desinformação atua de forma direcionada sobre figuras centrais dos regimes territoriais de confiança, produzindo efeitos que incluem deslegitimação pública, silenciamento e desorganização de processos comunitários. Esses impactos ultrapassam a esfera informacional, afetando dimensões sociais, emocionais e políticas, com implicações diretas para a autonomia das comunidades.

Os achados também evidenciam que essas dinâmicas incidem de forma mais intensa sobre lideranças localizadas em contextos historicamente marcados por desigualdades raciais e territoriais. Nesse sentido, a desinformação não se distribui de maneira neutra, mas acompanha e reforça estruturas preexistentes de poder.

Em resposta, as comunidades mobilizam infraestruturas próprias de proteção e validação, como assembleias, processos de escuta coletiva e mediações conduzidas por lideranças reconhecidas. Esses mecanismos indicam que a democracia, nesses contextos, se organiza como prática relacional e territorial, baseada em proximidade, responsabilidade compartilhada e validação comunitária.

Os resultados deste estudo dialogam com evidências mais amplas sobre o aumento da violência contra defensoras e defensores de direitos humanos. No Brasil, dados recentes indicam crescimento nas violações contra esses grupos, com incidência significativa sobre mulheres e lideranças que atuam em territórios tradicionais. No plano internacional, organismos multilaterais têm alertado para a intensificação da violência contra mulheres e defensoras de direitos, caracterizando esse cenário como uma preocupação global.

Nesse contexto, os episódios analisados neste relatório não constituem eventos isolados, mas integram uma dinâmica estrutural de violência direcionada a atores centrais dos regimes locais de confiança..

Implicações para a governança da IA

Os achados sugerem que sistemas de inteligência artificial que desconsideram dimensões territoriais e raciais tendem a reproduzir e amplificar dinâmicas de exclusão e silenciamento já existentes.

Uma abordagem de governança orientada por justiça informacional requer:

- mecanismos de prevenção e resposta ao uso abusivo de automação em campanhas de desinformação direcionadas a lideranças territoriais;
- processos de reparação acessíveis e contextualizados, capazes de responder aos impactos sociais e territoriais da violência informacional;
- reconhecimento das autoridades territoriais como atores relevantes na mediação, validação e governança de dados e narrativas.

5.4 Integridade informacional, mudanças climáticas e territórios

Os dados empíricos e os estudos de caso indicam que a desinformação climática constitui um dos vetores mais críticos de ruptura da integridade informacional em contextos territoriais, por incidir diretamente sobre condições de vida, segurança, acesso a políticas públicas e legitimidade de populações historicamente racializadas e territorializadas.

Nos questionários e nas cartografias sociais participativas, os participantes relataram a circulação recorrente de narrativas falsas ou distorcidas sobre:

- causas de enchentes, deslizamentos e degradação ambiental;
- responsabilização indevida de comunidades tradicionais por embargos ambientais;
- supostos entraves “ao desenvolvimento” atribuídos a quilombos e povos indígenas;
- deslegitimação de saberes tradicionais frente a discursos técnicos ou políticos.

Esses padrões evidenciam que a integridade informacional climática não se limita à veracidade de dados científicos, mas envolve disputas sobre legitimidade, autoridade e interpretação dos eventos ambientais. No Quilombo Santa Rita do Bracuí, a associação indevida entre lideranças quilombolas e a paralisação de obras públicas — embora a decisão tenha sido formalmente tomada por órgãos ambientais e pelo Ministério Público — ilustra como a desinformação climática pode operar como instrumento de criminalização territorial.

As narrativas falsas produziram medo, restrição de circulação, ameaças e deslocamento temporário, evidenciando que a ruptura da integridade informacional pode gerar riscos concretos à integridade física, política e territorial das comunidades.

Esse cenário dialoga com evidências internacionais que reconhecem povos indígenas e comunidades tradicionais como atores centrais na governança climática. Relatórios da UNESCO e do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) destacam que esses grupos são responsáveis pela proteção de ecossistemas estratégicos e pela manutenção de sistemas próprios de monitoramento ambiental e transmissão de conhecimento.



Foto: Helbert Rodrigues

O Relatório de Síntese do IPCC (AR6) indica, com alto grau de confiança, que entre 3,3 e 3,6 bilhões de pessoas vivem em contextos de elevada vulnerabilidade climática, agravada por desigualdades estruturais relacionadas a gênero, raça e renda. O documento ressalta que a redução desses riscos depende de abordagens baseadas em equidade, inclusão e reconhecimento dos territórios como espaços centrais de resiliência socioambiental.

No entanto, os achados desta pesquisa indicam que esses mesmos territórios são frequentemente alvo de campanhas de desinformação que buscam deslegitimar seus saberes e enfraquecer sua autoridade sobre a gestão ambiental, evidenciando uma tensão estrutural entre produção local de conhecimento e disputas informacionais globais.

As respostas abertas e as cartografias indicam que a confiança em informações sobre clima e meio ambiente é fortemente mediada por:

- lideranças territoriais;
- agentes comunitários de saúde e meio ambiente;
- professores e escolas locais;
- comunicadores comunitários e rádios locais;
- saberes ancestrais articulados a dados científicos.

Em contextos de conectividade precária e baixa presença de mídias locais, a ausência de informação validada institucionalmente intensifica a circulação de boatos e versões distorcidas. Esse vácuo informacional amplia a vulnerabilidade e permite a instrumentalização política de eventos climáticos extremos, transformando crises ambientais em cenários de conflito territorial.

No âmbito da agenda global de ação climática — evidenciada por debates e compromissos assumidos na COP30 — esses achados reforçam que a integridade da informação deve ser tratada como componente central das estratégias de adaptação, mitigação e justiça climática. Sem integridade informacional, políticas climáticas perdem legitimidade, capacidade de implementação e aderência territorial.

Implicações para a governança da IA

Os resultados indicam que sistemas de inteligência artificial aplicados à comunicação climática e ao monitoramento ambiental que desconsideram mediações territoriais e desigualdades estruturais tendem a amplificar danos informacionais e sociais.

A promoção da integridade informacional climática requer:

- reconhecimento dos territórios como infraestruturas vivas de produção, validação e circulação de conhecimento;
- incorporação de dados comunitários e cartografias participativas em sistemas de monitoramento, alerta e verificação;
- fortalecimento de ecologias locais de comunicação, incluindo jornalismo comunitário e rádios territoriais, como pontes entre ciência, políticas públicas e populações locais;
- desenvolvimento de sistemas de IA transparentes, com contextualização territorial, mecanismos de contestação e participação social na governança.

5.5 Percepções e usos da inteligência artificial

A inteligência artificial (IA) é parcialmente conhecida e pouco apropriada nos territórios analisados. As percepções são marcadas por ambivalência e distanciamento, com associações recorrentes a riscos, vigilância e perda de autonomia.

Entre os participantes, 58% afirmaram já ter ouvido falar em “inteligência artificial”, enquanto 42% associaram a IA a riscos como controle da informação e vigilância. Por outro lado, 38% identificaram potenciais usos positivos, especialmente em educação, comunicação e acesso à informação, e 20% declararam indiferença, incerteza ou desconhecimento sobre o tema.

Os dados indicam que a percepção da IA é estruturada menos pelo conhecimento técnico e mais pelas experiências prévias com plataformas digitais, especialmente aquelas associadas à desinformação e à baixa capacidade de controle sobre conteúdos. Esse padrão evidencia uma forma territorialmente situada do chamado “AI divide”, na qual desigualdades não se restringem ao acesso à tecnologia, mas envolvem diferenças na capacidade de compreensão, uso crítico e apropriação social da IA.

A IA é compreendida majoritariamente como parte de infraestruturas externas e pouco transparentes, mediadas por grandes plataformas digitais e distantes dos processos de decisão locais. A confiança diminui quando os sistemas são percebidos como:

- automatizados e sem possibilidade de contestação;
- desconectados das línguas, culturas e saberes locais;
- associados à coleta de dados, vigilância ou amplificação de conteúdos enganosos.

Quando provocados a imaginar usos desejáveis, os participan-

tes apontaram aplicações diretamente relacionadas às necessidades territoriais, como:

- apoio à educação e ao letramento digital;
- acesso a informações confiáveis e contextualizadas;
- fortalecimento da comunicação comunitária e do jornalismo local;
- registro da memória, da cultura e da história territorial.

Os achados indicam que a confiança em tecnologias baseadas em IA, nesses contextos, não é determinada pelo desempenho técnico, mas por condições sociais de mediação, compreensão e proteção.

Três dimensões emergem como centrais para a construção de confiança:

1. Mediação social legítima

A informação mediada por IA é considerada confiável quando validada por atores reconhecidos, como lideranças comunitárias, professores, agentes de saúde e comunicadores locais.

2. Compreensibilidade e possibilidade de contestação

Sistemas percebidos como “fechados” geram desconfiança. A legitimidade está vinculada à capacidade de compreender, questionar e corrigir resultados automatizados.

3. Proteção contra danos

A aceitação da IA está condicionada à percepção de que seu uso não ampliará vulnerabilidades relacionadas a território, gênero e raça, incluindo riscos de vigilância, criminalização ou exposição indevida.

Esses resultados indicam que, nos territórios estudados, a confiança na IA deve ser compreendida como um fenômeno socialmente situado, dependente de mediações locais, mecanismos de responsabilização e alinhamento com estruturas territoriais de autoridade e cuidado.



5.6 Impactos locais e percepções das comunidades

A etapa de devolutiva da pesquisa e as interações realizadas ao longo do projeto GriôTech permitiram identificar impactos locais e mudanças na relação das comunidades com a informação e com as tecnologias digitais.

Os relatos dos participantes indicam que os principais desafios enfrentados nos territórios não se limitam ao acesso à tecnologia, mas envolvem a capacidade de interpretar documentos técnicos, compreender políticas públicas e avaliar conteúdos digitais que incidem diretamente sobre seus modos de vida.

Esse conjunto de evidências qualitativas aponta que a exclusão informacional opera também como uma forma de exclusão política, na medida em que limita a participação das comunidades em processos decisórios e reduz sua capacidade de resposta a intervenções externas.

Ao mesmo tempo, os participantes destacaram mudanças importantes decorrentes das atividades do projeto, especialmente no que se refere ao uso mais crítico e estratégico das tecnologias digitais.

Apropriação da tecnologia como ferramenta de defesa

Os relatos indicam uma reconfiguração na forma como a tecnologia é percebida e utilizada nos territórios. A inteligência artificial, inicialmente associada a riscos como vigilância e manipulação, passa a ser compreendida como uma ferramenta potencial de apoio à autonomia comunitária.

Como sintetizou o Cacique Alex Ribeiro:

“Já que usam a tecnologia contra a gente, vou usar ela também para defender.”

Essa afirmação evidencia uma mudança de posicionamento: da percepção da tecnologia como ameaça para sua apropriação como instrumento de defesa, análise e tomada de decisão.

Documentação e memória como fortalecimento territorial

Outro impacto relevante identificado nos relatos diz respeito à valorização da documentação comunitária. Participantes destacaram a importância da produção de registros visuais e narrativos para fortalecer a memória coletiva e ampliar a visibilidade das iniciativas locais.

Como afirmou Raísa Francisco de Almeida:

“Uma foto e um texto na internet fazem a gente entender a importância de registrar o que acontece no território.”

A ausência de registros sistemáticos foi apontada como um fator que limita a circulação de informações produzidas pelas próprias comunidades e dificulta a construção de evidências sobre suas ações e demandas.

Uso da IA na interpretação de informações complexas

Os relatos também evidenciam que ferramentas de inteligência artificial podem apoiar a compreensão de conteúdos técnicos e institucionais, especialmente em contextos de alta complexidade informacional.

Um exemplo citado foi o uso de IA para gerar uma leitura inicial de um projeto de lei que impactava o território. A análise automatizada foi posteriormente complementada por consulta a especialistas, demonstrando que a tecnologia é utilizada como suporte, e não como substituição da mediação humana.

Esse processo indica que a confiança nas tecnologias digitais depende de sua integração com práticas locais de validação, diálogo e tomada de decisão coletiva.

Implicações para a autonomia informacional

De forma geral, os relatos indicam que o projeto contribuiu para:

- fortalecimento da capacidade crítica frente a conteúdos digitais;
- maior cautela na avaliação de informações e propostas externas;
- ampliação do uso estratégico de ferramentas digitais;
- valorização da memória e da documentação territorial.

Esses elementos apontam para um processo inicial de fortalecimento da autonomia informacional e tecnológica das comunidades.





6

FRAMEWORK

TERRITORIAL DE

CONFIANÇA DIGITAL

E GOVERNANÇA DA IA

O Framework Territorial de Confiança Digital e Governança da IA proposto por este estudo estabelece uma mudança de paradigma: a confiança tecnológica deixa de ser tratada como um atributo predominantemente técnico ou regulatório e passa a ser compreendida como uma infraestrutura socioterritorial, construída a partir de relações históricas, regimes comunitários de credibilidade e experiências concretas.

Ancorado em evidências empíricas de territórios quilombolas e indígenas, o framework demonstra que, em contextos de desigualdade estrutural e baixa confiança institucional, a confiança não desaparece — ela se realocaliza em autoridades territoriais e redes de proximidade, configurando formas próprias de governança informacional.

Em vez de modelos centralizados e abstratos, o framework propõe uma abordagem situada, na qual a governança da IA emerge da articulação entre ecologias informacionais locais, mediação sociotécnica e regimes comunitários de validação da informação.

Essa estrutura não substitui marcos globais de governança, mas os tensiona e complementa ao evidenciar dimensões frequentemente ausentes em modelos centrados no Norte Global.

O framework articula cinco pilares interdependentes que explicam como a confiança é construída, sustentada e reparada, oferecendo uma base prática para:

- formulação de políticas públicas;
- desenho e implementação de sistemas de IA;
- estratégias de integridade informacional territorializadas.

A estrutura territorial aqui apresentada operacionaliza o que a Mozilla define como as quatro alavancas da IA confiável — mudança nas normas de desenvolvimento, criação de novas tecnologias e produtos, aumento da conscientização do consumidor e fortalecimento da regulamentação da IA — mas as fundamenta em realidades comunitárias e territoriais frequentemente ausentes das discussões de governança centradas no Norte. Em vez de tratar essas alavancas como intervenções de cima para baixo, a estrutura propõe que elas sejam ativadas de baixo para cima, por meio de regimes de credibilidade comunitária, ecologias de informação locais e mediação sociotécnica baseada no cuidado e na responsabilidade.





**OS CINCO
PILARES DO
FRAMEWORK**



Pilar 1 — Autoridade territorial

A legitimidade informacional ancora-se em lideranças comunitárias — como mulheres, anciãos, professores e comunicadores populares — cuja autoridade deriva da presença contínua, da memória compartilhada e do compromisso com o território. Ignorar essas figuras compromete a adesão social e a mediação de conflitos.

Pilar 2 — Regimes comunitários de credibilidade

A credibilidade emerge de processos coletivos de escuta, validação ancestral e experiências compartilhadas, superando critérios puramente técnicos. Em contextos de baixa confiança institucional, a imposição de “verdades externas” aprofunda o déficit de credibilidade, enquanto práticas participativas fortalecem a legitimidade social.

Pilar 3 — Ecologia informacional local

A desinformação circula em ecologias híbridas (WhatsApp, rádios, espaços religiosos e comunicação oral), explorando vínculos de proximidade. A governança da IA precisa atuar sobre essas infraestruturas reais de circulação, e não apenas sobre as métricas das plataformas globais.

Pilar 4 — Cuidado, proteção e reparação

A desinformação produz danos concretos, incluindo ataques à reputação, restrição de circulação, silenciamento político e exposição à violência, afetando de forma desproporcional mulheres e lideranças negras, indígenas e quilombolas. As evidências do estudo mostram que esses danos não são episódicos, mas estruturais, exigindo respostas que vão além da moderação de conteúdo.

A construção de confiança exige a implementação de mecanismos de cuidado e proteção, incluindo acolhimento comunitário, resposta rápida a ataques e dispositivos de reparação simbólica e política. Sem essas dimensões, sistemas digitais e modelos de IA tendem a reproduzir e amplificar desigualdades existentes.

Pilar 5 — Mediação Sociotécnica

Sistemas de IA e dados científicos só se tornam legítimos quando mediados por atores locais, em linguagens culturalmente situadas. A explicação técnica é insuficiente se não houver uma mediação que conecte tecnologia, território e cultura, transformando dados abstratos em conhecimento socialmente significativo.

8

**DO MODELO
CONCEITUAL A
GOVERNANÇA
EM AÇÃO**

O framework opera como uma infraestrutura prática de governança ao longo de todo o ciclo de vida de sistemas digitais e tecnologias de IA, estruturado em quatro momentos interdependentes:

1. Avaliação Territorial de Confiança (pré-implementação)

Identificação de autoridades locais, regimes de credibilidade e ecologias informacionais para antecipar riscos socioterritoriais e vulnerabilidades à desinformação.

2. Desenho Participativo de Governança (desenvolvimento)

Definição de instâncias decisórias, fluxos de validação e mecanismos de responsabilização, incorporando atores territoriais no processo.

3. Mediação Sociotécnica e Monitoramento (uso)

Acompanhamento contínuo dos impactos e formação de mediadores locais para identificação de rupturas de confiança e circulação de desinformação.

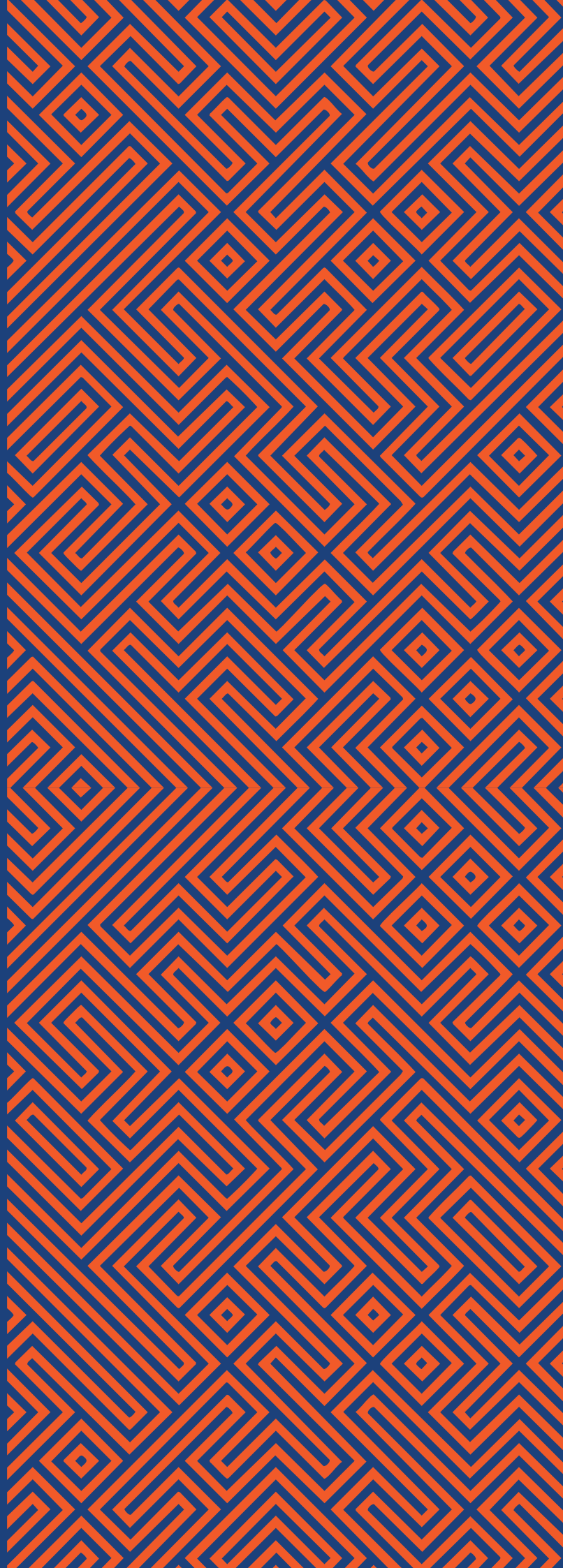
4. Cuidado e Governança Reparadora (pós-dano)

Ativação de protocolos de proteção, acolhimento e reparação para restaurar legitimidade e confiança coletiva.





RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS



As recomendações a seguir são dirigidas a formuladores de políticas, reguladores, desenvolvedores de tecnologia, pesquisadores e organizações da sociedade civil. Elas traduzem princípios de IA confiável em diretrizes operacionais aplicáveis a contextos marcados por desigualdade estrutural e assimetrias informacionais.

A proposta é deslocar a governança da IA de um modelo abstrato e centralizado para uma arquitetura socioterritorial baseada em: agência coletiva, responsabilização efetiva, justiça cognitiva, soberania informacional e mecanismos de cuidado e proteção.

9.1 Reconhecer a governança comunitária como eixo estruturante da integridade informacional (Princípio da Governança Comunitária da Informação)

Os marcos regulatórios devem incorporar formalmente lideranças territoriais e redes comunitárias como instâncias legítimas de mediação e validação da informação.

Os dados do projeto indicam que, em contextos de baixa confiança institucional, a credibilidade se organiza a partir de mediadores locais. Ignorar essa infraestrutura compromete a eficácia de políticas públicas em áreas como saúde, clima e processos eleitorais.

Recomenda-se:

- inclusão de representantes territoriais em instâncias decisórias;
- reconhecimento formal de mediadores comunitários em políticas de comunicação e tecnologia;
- financiamento de infraestruturas locais de informação.

9.2 Investir em alfabetização midiática e informacional territorializada (Princípio da Territorialidade da Confiança)

Programas de letramento digital devem ser contínuos, territorializados e conduzidos por mediadores locais.

Recomenda-se:

- cocriação de conteúdos com comunidades locais;
- formação de educadores e comunicadores territoriais;
- adaptação linguística e cultural dos materiais;
- integração com escolas, rádios comunitárias e organizações locais.

9.3 Fortalecer a proteção digital com recorte de gênero, raça e território (Princípio da proteção digital territorializada e comunitária)

A desinformação e os ataques digitais afetam desproporcionalmente mulheres e lideranças negras, indígenas e quilombolas.

Recomenda-se:

- implementação de protocolos comunitários de segurança digital;
- criação de redes de resposta rápida a ataques coordenados;

- oferta de apoio psicossocial para vítimas de violência informacional;
- integração entre proteção digital e segurança territorial;
- sistemas de monitoramento e documentação de ataques.

9.4 Integrar metodologias territoriais aos marcos regulatórios de IA (Princípio do Direito à Reparação Informacional)

As regulações de IA e de comunicação devem incluir mecanismos de participação e reparação acessíveis às comunidades impactadas.

Recomenda-se:

- criação de canais simplificados de contestação de decisões automatizadas;
- garantia de retratação pública proporcional ao dano causado;
- mecanismos de responsabilização institucional por desinformação amplificada;
- reconhecimento de danos simbólicos, culturais e territoriais.

9.5 Ampliar a cooperação internacional baseada em evidência territorial (Princípio da Soberania Informacional Territorial)

A cooperação internacional deve incorporar evidências produzidas em territórios do Sul Global como base para formulação de políticas de IA.

Recomenda-se:

- financiamento de pesquisas territoriais participativas;
- criação de redes transnacionais entre comunidades, universidades e organizações;
- reconhecimento do direito das comunidades à governança de seus dados e narrativas.

9.6 Integrar abordagens territoriais às estruturas globais de governança da IA (Princípio do Território à Governança Global)

Marcos globais de IA podem ser fortalecidos pela incorporação de abordagens territoriais, especialmente em contextos de desigualdade.

Recomenda-se:

- inclusão de metodologias participativas em frameworks globais;
- adoção de métricas de confiança baseadas em contextos locais;
- integração de mediação comunitária em políticas de integridade informacional.

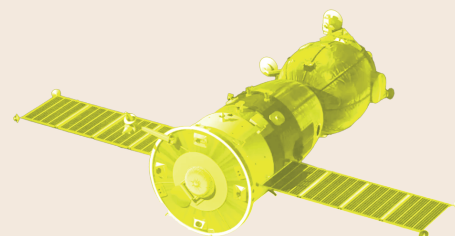
Essa abordagem reposiciona o Sul Global como produtor de conhecimento e inovação em governança da IA, superando sua posição histórica como espaço apenas de impacto.



GLOSSÁRIO

- **Agência individual / Agência do usuário:** Capacidade de indivíduos e comunidades de compreenderem, decidirem ou recusarem o uso de tecnologias, com controle real sobre seus dados e poder de influência sobre como a tecnologia impacta suas vidas.
- **Autoridade territorial:** Reconhecimento de atores locais (lideranças, grêmios, comunicadores) como fontes legítimas de mediação, cuja autoridade deriva do vínculo histórico e da responsabilidade coletiva com o território.
- **Confiança digital:** Expectativa de que tecnologias e processos atuem de forma segura e ética. Neste relatório, é compreendida como um ativo territorial construído por mediação humana, participação comunitária e mecanismos de reparação, e não apenas como um atributo técnico.
- **Déficit de confiança:** Situação em que comunidades deixam de confiar em instituições e sistemas digitais devido à falta de transparência, inclusão e proteção de direitos, enfraquecendo a legitimidade democrática e a adesão social às tecnologias.
- **Desinformação territorializada:** Narrativas falsas adaptadas a contextos locais que exploram vínculos de proximidade para gerar danos políticos, ambientais e emocionais, atingindo lideranças e grupos vulnerabilizados.
- **Ecologia informacional:** Conjunto de canais e relações (digitais, orais, rádios, redes afetivas) que estruturam como a informação circula em um território específico.
- **Framework Territorial de Confiança Digital e Governança da IA:** Modelo analítico inédito, baseado em evidências de territórios quilombolas e indígenas, que propõe uma IA centrada na soberania informacional e na mediação territorial, posicionando o Sul Global no centro do debate internacional.
- **Governança da inteligência artificial confiável:** Conjunto de normas que orientam o ciclo de vida da IA de forma ética e responsável, assegurando mediação humana, proteção de direitos e participação social em todas as etapas.
- **Governança da internet centrada na comunidade:** Abordagem que reconhece os territórios como atores centrais na definição de normas sobre tecnologias, priorizando a participação social situada e a proteção de grupos historicamente marginalizados.
- **Governança territorial da informação:** Arranjos por meio dos quais as comunidades organizam a produção, validação e proteção da informação em seus territórios.
- **IA confiável:** Abordagem que integra justiça social, explicabilidade e possibilidade de contestação ou desligamento, indo além de simples métricas técnicas de desempenho.
- **Integridade da informação:** Condição em que o ecossistema favorece conteúdos plurais e confiáveis, com transparência e redução das assimetrias de poder.
- **Integridade da internet:** Estado em que a rede opera como um ecossistema saudável, baseado em inclusão, privacidade e proteção de direitos fundamentais.
- **Justiça cognitiva:** Reconhecimento da legitimidade de múltiplos sistemas de conhecimento (científicos e ancestrais) na tomada de decisão e na governança da tecnologia.
- **Mediação sociotécnica:** Processo de tradução e contextualização de tecnologias e sistemas de IA por atores locais, tornando-os socialmente compreensíveis e legítimos para a cultura do território.
- **Proteção de lideranças comunitárias:** Medidas de segurança digital, apoio psicossocial e reconhecimento institucional voltadas à defesa de lideranças expostas a ataques políticos e simbólicos.
- **Regimes comunitários de credibilidade:** Sistemas locais de validação da informação baseados na memória coletiva e na legitimidade social de lideranças tradicionais, conselhos e educadores territoriais.
- **Reparação informacional:** Mecanismos de correção, retratação pública e cuidado social destinados a restaurar a confiança após danos causados por desinformação.
- **Soberania informacional:** Direito de comunidades e povos controlarem seus dados, narrativas e infraestruturas tecnológicas, assegurando autonomia frente a poderes externos.
- **Violência de gênero facilitada pela tecnologia:** Práticas de assédio e ódio mediadas por plataformas que afetam desproporcionalmente mulheres e lideranças femininas, com graves impactos políticos e territoriais.
- **Violência informacional:** Uso de desinformação, discurso de ódio e campanhas coordenadas para produzir silenciamento, adoecimento emocional e erosão da governança comunitária.

- Achieme, E. T. (2020). Racial Discrimination and Emerging Digital Technologies: A Human Rights Analysis. Organização das Nações Unidas.
- Almeida, A. W. B. (2012). Territórios tradicionais e cartografia social. UEA Edições.
- Almeida, S. (2019). Racismo Estrutural. Pólen.
- Anistia Internacional. (2018). Twitter tóxico: violência e abuso contra mulheres online.
- Bava, S. (2004). Tecnologias sociais e desenvolvimento territorial. Instituto Pólis.
- Benjamin, R. (2019). Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Polity Press.
- Birhane, A. (2020). Algorithmic injustice: A relational ethics approach. Patterns.
- Birhane, A. (2021). The impossibility of automating ambiguity. Artificial Life, 27(1), 44-61.
- Cetic.br. (2023). ICT Households Survey 2023: Use of Information and Communication Technologies in Brazil. NIC.br.
- Cetic.br. (2025). ICT Households Survey 2025: Artificial Intelligence Use and Digital Inequalities in Brazil. NIC.br.
- Chagas, M. (2024). Infodemic and credibility regimes in Brazilian peripheries. Working Paper.
- Chagas, M. (2025). Territórios Digitais: Primary dataset on information integrity, AI and territorial trust. Mozilla Data Collective.
- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. (2025). COP30 Action Agenda and Climate Information Integrity.
- Couldry, N., Mejias, U. (2019). The Costs of Connection: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford University Press.
- Crawford, K. (2021). Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. Yale University Press.
- Dagnino, R. (2009). Social Technology as a Development Strategy. UNICAMP.
- Desvelar. (2020). Danos e Discriminação Algorítmica: mapeamento. <https://desvelar.org/casos-de-discriminacao-algoritmica/>.
- Eubanks, V. (2018). Automatizando a desigualdade: como ferramentas de alta tecnologia perfilam, policiam e punem os pobres. St. Martin's Press.
- Faustino, D., Lippold, W. (2023). Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Flew, T. (2021). The global trust deficit disorder: A communications perspective. Journal of Communication, 71(2), 165-175.
- Gonzalez, L. (2020). Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Zahar.
- Hardin, R. (2002). Trust and Trustworthiness. Russell Sage Foundation.
- Helsper, E. J. (2021). The digital disconnect: The social causes and consequences of digital inequalities. SAGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). Censo Demográfico: Populações Indígenas no Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2023). Relatórios territoriais sobre comunidades quilombolas. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
- Israel, B. et al. (1998). Review of community-based research. Annual Review of Public Health, 19, 173-202.
- Kilomba, G. (2019). Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Editora Cobogó
- Luhmann, N. (1979). Trust and Power. John Wiley & Sons.
- Mbembe, A. (2020). Necropolitics. Duke University Press.
- Mozilla Foundation. (2020). Internet Health Report 2020.
- Mozilla Foundation. (2022). Internet Health Report 2022: Power, Voice and Trust.
- Mozilla Foundation. (2023). Internet Health Report 2023: Trustworthy AI and Climate Information.
- Mozilla Foundation. (2024). Data Futures Lab & Trustworthy AI Briefings.
- Mozilla Foundation. (2025). Mozilla Data Collective: Common Voice and Community Data Governance.
- National Institute of Standards and Technology. (2023). AI Risk Management Framework.
- Noble, S. U. (2018). Algorithms of Oppression. NYU Press.
- Nyabola, N. (2022). Digital Democracy, Analogue Politics. Zed Books.
- Organização das Nações Unidas Mulheres. (2023). Violência contra mulheres e meninas no ambiente digital. <https://www.onumulheres.org.br>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2022). Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2024). Indigenous Peoples: Guardians of Biodiversity and Knowledge. <https://www.unesco.org>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2024). Quilombos: hotbeds of Afro-Brazilian resistance. UNESCO Courier. <https://courier.unesco.org>
- Organização das Nações Unidas & Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2023). Global Initiative for Information Integrity on Climate Change.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2017). Trust and Public Policy: How Better Governance Can Help Rebuild Public Trust.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2019). Principles on Artificial Intelligence.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2022). Building Trust to Reinforce Democracy.
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. (2022). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Intergovernmental Panel on Climate Change.
- Santos, B. de S. (2016). Epistemologies of the South. Routledge.
- Santos, B. de S. (2018). The End of the Cognitive Empire. Duke University Press.
- Santos, M. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record.
- Santos, M. (2016). A Natureza do Espaço. EDUSP.
- Saveljeva, A., Volkova, A. (2025). A survey on digital trust: Towards a validated definition. Digital, 5(2).
- Secretaria de Políticas Digitais / Secom-PR. (2025). Mutirão pela Integridade da Informação sobre Mudanças Climáticas e Ceileiro de Soluções da COP30. Processo nº 00170.005350/2025-77.
- Silva, T. (2022). Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc SP.
- Sodré, M. (2020). Reinventando a Comunicação. Vozes.
- World Economic Forum. (2024). Digital Trust: Supporting Individual Agency.
- World Economic Forum. (2025). Global Risks Report 2025.
- Zuboff, S. (2019). The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power. PublicAffairs.



APÊNDICE

Transparência metodológica e uso de inteligência artificial

Este relatório incorporou o uso limitado de ferramentas de inteligência artificial como apoio editorial e organizacional, em conformidade com princípios de transparência e responsabilidade metodológica.

A ferramenta Claude Opus 4.5 (versão web) foi utilizada exclusivamente para revisão textual, aprimoramento de clareza linguística e apoio à organização estrutural do documento. Em etapas pontuais, ferramentas assistidas por IA também foram empregadas para comentar trechos analíticos e apoiar a sistematização de conteúdos, sem substituição da análise autoral.

Todo conteúdo gerado com apoio de inteligência artificial foi integralmente revisado, validado e substancialmente editado pela autora. A concepção da pesquisa, o desenho metodológico, a coleta de dados, a análise, a interpretação dos resultados e as conclusões apresentadas neste relatório são de responsabilidade exclusiva da autora.

O uso dessas ferramentas está alinhado aos princípios de IA confiável — incluindo transparência, supervisão humana significativa e responsabilização — promovidos pela Mozilla. A divulgação deste uso visa reforçar o compromisso com práticas abertas e éticas na produção de conhecimento.

Para discussão adicional sobre transparência no uso de IA em contextos técnicos e de código aberto, ver: [AI Generated Code Isn't Cheating: OSS Needs to Talk About It, Mozilla.ai](#).

FICHA TÉCNICA E CRÉDITOS

Coordenação Geral

Marcelle Chagas

Revisão Técnica

Lisa Gutermuth, Mozilla Foundation

Pesquisa e Desenvolvimento

GriôTech

Observatório de Gênero, Raça e Territorialidade na Ciência (GERATE)

Assistência de Pesquisa

Marcus Vinicius Bonfim

Ana Luísa Schuchter

Articulação e Mobilização Comunitária

Mário Sérgio Soares

Raísa Francisco de Almeida

Cacique Alex Ribeiro

Parcerias e Colaboração em Campo

Decodifica (Mariana de Paula)

UNEafro Brasil – Núcleo Ilê Èkó Iear

UNEafro Brasil – Núcleo Profª Luizinha Pankararu

Territórios Mídias Brasil

Instituto de Referência Negra Peregum (Mayara Nunes e Caio Chagas)

Apoio Institucional

Mozilla Foundation

Black Tech Futures Research Institute

Rede de Jornalistas Pretos Pela Diversidade na Comunicação

Créditos de Imagem

Quilombo Santa Rita do Bracuí

Aldeia Multiétnica Filhos Desta Terra

Licença

Este relatório está licenciado sob a Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).





Instituto de Referência Negra
PEREGUM

TERRITÓRIOS DIGITAIS